

Estímulo ao cumprimento espontâneo das decisões judiciais

RESUMO

Elucida que o Poder Judiciário encontra-se em crise, envolvido pelo neoliberalismo e pela globalização, que invadem países como o Brasil para quebrar as grandes instituições.

Observa que há tempos têm sido buscadas soluções por comissões que estudaram trabalhos de processualistas e sociólogos, em diversos aspectos, na tentativa de resgatar o prestígio do Poder Judiciário, que está acabado e renegado atualmente. Entretanto, alerta que esse resgate não será fácil e que deve partir do juiz, o qual deverá contar, também, com a participação da sociedade.

PALAVRAS – CHAVE

Poder Judiciário – crise – morosidade.

A eminente Ministra Ellen Northfleet, com as dificuldades que está encarando neste momento em que, no mínimo, enfrentará uma mudança geográfica de residência e de domicílio, necessita, também, encerrar sua missão jurisdicional no Tribunal Regional Federal, preparando-se para assumir o Supremo Tribunal Federal. Ela enviou-me um fax e pediu-me que eu, a partir do que ali estava escrito, expusesse seu pensamento. Por isso, o Prof. Sérgio de Andréa disse que eu farei uma “fax-conferência”. Dizendo isso, tomarei a liberdade, de representar perante o auditório, a Ministra Ellen.

Ela desenvolve algumas considerações em torno do uso seletivo de incentivos econômicos, para efeito de evitar a eclosão de litígios ou a sua manutenção na via recursal.

Essas técnicas – diz ela – são muito bem retratadas por Mauro Cappelletti em seu indispensável “Acesso à Justiça”. São utilizadas em associação e como complemento de programa mais amplo de solução alternativa de litígios. Segundo o mestre Cappelletti, os custos dos julgamentos, os métodos pelos quais esses custos são distribuídos, a taxa de inflação e a demora, influenciam a disposição das partes para com a conciliação.

O mesmo autor, com a sua acuidade de sempre, adverte que tais fatores, compondo o ônus da litigância, podem afetar diferentemente diversos tipos de litigantes. Em afetando, podem trazer para a mesa de negociações partes que não detêm o mesmo poder de barganha, influenciando, assim, nos resultados e nas respectivas pretensões. É que a transigência, ao invés de configurar

verdadeiro acordo, terá os contornos de capitulação. Não é o que se deseja. Para obviar tal efeito colateral adverso, é absolutamente indispensável que se opere uma adequada triagem dos litígios, em que haja equilíbrio entre as partes, sendo passíveis de receber tal tratamento.

Nos países da Commonwealth, como Austrália e Canadá, a exemplo da própria Inglaterra, adota-se o sistema que apenas o litigante teimoso. Chamado a juízo, o réu, de ação cível, pode oferecer o valor que considera razoável para efeito da composição do litígio. Se não aceitar essa oferta, e o julgamento posterior da ação demonstrar que a proposta era razoável, o autor deverá compensar o fato de ter posto em funcionamento a máquina judicial, pagando um plus ou recebendo um minus em relação àquela oferta que tinha sido feita.

Em suma, feita uma oferta pelo réu, se o autor não a aceita, fica na contingência a obter resultado maior que aquele, porque, se não conseguir uma sentença de condenação maior do que a da quantia ofertada e recusada, pagará multa – aqui não se esclarece bem se a multa é em favor do Estado, ou do outro demandante. Ela transcreve uma referência, um texto de Cappelletti, que diz:

“O demandado consigna em juízo uma determinada quantia, sem que o juiz do processo tome conhecimento, como proposta de acordo ao autor; este tem um prazo para aceitar a importância – na Inglaterra esse prazo é de 21 dias – e terá o reembolso das custas, se aceitar aquela importância. Se, no entanto, o caso for a julgamento e o autor tiver reconhecido o direito a valor igual ou inferior àquela depositado, deverá arcar

com as suas próprias custas, mais as custas do réu, vencidas a partir do momento em que foi feita a consignação”.

Esse método, embora efetivamente sirva aos propósitos de des congestionar o Poder Judiciário e estimular acordos, desfavorece quem, sendo pessoa física, litigue contra empresas de grande poderio econômico. No Canadá, por exemplo, o maior número das ações ajuizadas diz respeito à cobrança de indenizações por acidentes de veículos, colocadas em face de companhias seguradoras. Para a solução desse tipo de demanda, aponta o sistema aperfeiçoado e adotado pelo Estado de Michigan, nos Estados Unidos, que é mais ou menos nesses termos: “A mediação verifica-se a pedido de uma ou de ambas as partes ou por decisão do Tribunal. Três peritos realizam a reunião e arbitram o montante exato dos danos. Se o autor não concordar com esse montante, deverá obter pelo menos 110% dessa quantia por meio do julgamento, ou então terá de suportar as custas do julgamento etc.?”

A vantagem desse sistema está em que o autor, hipossuficiente, não fica ao desamparo de uma avaliação equânime daquilo que seja realmente o conteúdo econômico de seu direito, e prevê penalidade ao réu recalcitrante.

Tais propostas são fortemente marcadas pelo sentido pragmático dos anglo-saxões, e especialmente esta última é construída sob a noção econômica do custo-benefício.

A Ministra Ellen não oferece um projeto concreto. Simplesmente dissera, observando que não está segura sobre qual solução adequada a nosso ambiente cultural. Trata-se de uma colaboração extremamente valiosa. Ela

* Texto revisado pelo autor, baseado em conferência proferida no Fórum de Debate sobre Modernização do Direito, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Associação dos Magistrados Catarinenses e Escola de Magistrados de Santa Catarina, no Balneário Camboriú-SC, de 9 a 11 de novembro de 2000.

nos dá notícia de que, pelo menos no Direito comparado, existem, sistemas em funcionamento para prevenir o ingresso no Poder Judiciário e aliviar o peso que se impõe sobre ele.

Para finalizar, queria somente frisar o propósito deste encontro. A primeira preocupação foi denunciar, dizer que, na verdade, o Poder Judiciário está sendo envolvido pelo neoliberalismo e pela globalização, que penetram nos países mais pobres, menos desenvolvidos, para quebrar as grandes instituições. Aqui, o funcionalismo público já está reduzido quase à desmoralização, por meio da restrição de vencimentos e da constante e impiedosa campanha de descrédito.

Essa tendência ao desmonte da coisa pública já atingiu uma instituição admirável que tínhamos: o Banco do Brasil. Tinha um imenso orgulho de ser funcionário daquela instituição. Hoje a situação chegou a tal ponto que alguns funcionários do Banco do Brasil – os novos – enxergam em sua empregadora, um odioso inimigo. Essa tendência à desestruturação do Estado já atinge ao Poder Judiciário. Teremos então de partir para o ativismo judiciário. Teremos de denunciar, mostrar que essa reforma que se está planejando gerará um Judiciário mínimo, impotente e inoperante.

Hoje tenho dúvidas quanto à existência de um Poder Judiciário no Brasil. Em verdade, nossas decisões são extremamente fracas. Se há fraqueza, não há Poder.

Nosso objetivo, nesse encontro, também, foi buscar, os rumos de uma ciência sem preconceito.

As soluções têm sido procuradas por vários cultores da ciência processual. Quase todos eles, porém, vinculam-se a doutrinas trazidas do estrangeiro e aqui aplicadas, sem qualquer aclimação. O preconceito cientificista está em todas as situações. As questões pré-processuais e de Direito material não interessam a eles. Verificamos que, efetivamente, essa é uma realidade. Ninguém admite que o limite da coisa julgada seja ampliado, para impedir que uma determinada questão epidêmica leve os tribunais a proferirem milhares de decisões idênticas, à semelhança do que está ocorrendo com a correção do FGTS.

A pretensão desse debate foi trazer pessoas descomprometidas com os fetiches processuais, para ver se algo diferente é possível fazer para resgatar o prestígio do Poder Judiciário, tão acabado, espezinhado e negado nesses últimos tempos.

O Prof. Sérgio de Andréa trouxe-nos à lembrança uma perda fundamental que sofremos e dificilmente iremos recuperar: o Poder Judiciário brasileiro, imbuído de santo escrúpulo, jogou fora o mandado de injunção. E, assim fazendo – digo com muita sensibilidade e profundo respeito, – o Supremo Tribunal Federal se recusou a ser a Corte Suprema. Nesta reforma, o Poder Judiciário, não recuperará esse espaço, porque os deputados não irão permitir. O político tem uma mentalidade extremamente pragmática. Um deles me disse: já é difícil lidar com a medida provisória. Por que, então, deixar que o Judiciário passe também a legislar? No geral, esse é o pensamento.

Na política, assim como na atmosfera, não existe espaço vazio. Perdemos esse espaço, mas é preciso que nós, juizes, juntamente com os demais operadores do Direito, tentemos resgatá-lo. É extremamente importante buscarmos fórmulas que nos dêem o fio de Ariadne. Segundo a Mitologia, quando uma pessoa entrava no labirinto tinha apenas duas opções: era destruída pelo Minotauro, ou não conseguia sair dele. Quando Teseu lá penetrou, Ariadne, apaixonada por ele, deu-lhe um fio que traçou o caminho de volta.

O político tem uma
mentalidade
extremamente
pragmática. (...)
Na política, assim
como na atmosfera,
não existe espaço
vazio. Perdemos esse
espaço, mas é preciso
que nós, juizes,
juntamente com os
demais operadores do
Direito, tentemos
resgatá-lo.

Fala-se muito em acesso à Justiça. Ninguém pensa em decesso da Justiça. Precisamos, contudo, encontrar o caminho de saída do Poder Judiciário. Ele, atualmente, é demasiado longo e penoso. Quando se luta contra o Poder Público, esse caminho praticamente não existe. Todas essas sugestões colhidas aqui, podem, uma vez elaboradas, compor o Ariadne. É necessário, porém, que ninguém confie somente no Conselho da Justiça Federal, no Ministro Hélio Mosimann ou em mim. Cada um tem de fazer a sua parte. Ainda recorrendo aos gregos, lembro a advertência lançada por Electra, na tragédia clássica. Em atitude impressionante, adiantando-se no palco, a personagem diz: *"Passo a passo, olho por olho, é assim que se consegue a liberdade"*.

Vamos tentar conseguir a liberdade, cientes de que ela nos virá somente à custa de muita luta. Não existe poder fraco. Se queremos ser o Poder Judiciário, devemos assumir esse Poder. Enquanto pender nossa fraqueza, ninguém tenha a ilusão de que teremos uma Justiça rápida, respeitada e estimada.

Não se pense em justiça instantânea. No mundo inteiro é assim. Estive outro dia, juntamente com o Ministro Sepúlveda Pertence, na França, e vimos algo muito interessante. Estávamos visitando a Corte da Cassação, e de repente, o Ministro Pertence falou: "É, não tem jeito mesmo" – olhando para cima. Perguntei a ele: "O que é que não tem jeito?" Ele respondeu: "Veja ali!" Nas janelas, que deveriam ser as dos gabinetes da Corte de Cassação da França –, um país desenvolvidíssimo – via-se um monte de autos. Elas estavam quase totalmente fechadas pelos autos iguaizinhos aos nossos: papel velho e estragado. A morosidade da Justiça vem desde a época do dilúvio, mas, nem por isso, podemos perder a esperança.

A Justiça brasileira é igual à francesa. Somos, apenas, mais pobres. No entanto, a culpa por ela ser assim é muito nossa. A manifestação em defesa da Justiça precisa partir do juiz, mas que deve contar com a participação de todos. Antes de ser juiz, fui advogado e não posso me calar, diante da ameaça que se põe frente ao Poder Judiciário. Por isso, venho aqui chamá-los para que se incorporem nesta luta, denunciando o desprezo com que nos tratam e oferecendo sugestões. Não tenham medo de errar! O *brainstorm* é isso. Talvez, muito ou até mesmo tudo do que eu disse seja um grande disparate. Há pouco, uma jovem juíza

comentou comigo que, a seu sentir, execução de sentença é também uma atividade jurisdicional. Eu disse a ela que, para mim, estava mais para a atividade administrativa, mas que poderia ser tudo. Se somos cientistas, só podemos ter certeza de que nada é absolutamente certo. A grande verdade de hoje pode se revelar uma tolice no futuro.

ABSTRACT

This paper considers that the Judiciary is in crisis and it is enveloped in the neo-liberalism and globalisation that invade countries like Brazil in order to fragment main institutions. It observes that for some time solutions have been sought by commissions that study work by procedural specialists and sociologists in various areas in order to salvage the Judiciary Power's prestige, now faded and relegated. It cautions all the same that this salvaging process will not be easy and it should start with the judge who should count on society's participation.

KEYWORDS – Judiciary Power; crisis; slowness.

Humberto Gomes de Barros é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.